



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MARCELINO CHAVES EVERTON
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 27 DE MARÇO DE 2014.

Nº ÚNICO: 0001248-60.2014.8.10.0000

HABEAS CORPUS Nº 006028/2014 – BACABAL(MA)

PACIENTE : Jeremias da Silva Almeida dos Santos
IMPETRANTE : Jordão Veras de Azevedo
IMPETRADO : Juízo de Direito da 3ª Vara da comarca de Bacabal
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 157, § 2º, I, c/c art. 14, I, do CPB
RELATOR SUBSTITUTO : Desembargador Marcelino Chaves Everton
ACÓRDÃO Nº _____

EMENTA. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO FLAGRANTE. CONVERSÃO EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO. INOCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. O decreto de prisão impugnado restou devidamente fundamento na presença dos requisitos descritos no art. 312, do Código de Processo Penal, dele se inferindo a necessidade da prisão cautelar.

2. Havendo motivação idônea, baseada em elementos concretos, a evidenciar o risco que o paciente representa à ordem pública, não se verifica o alegado constrangimento ilegal.

3. Denegação do writ.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MARCELINO CHAVES EVERTON
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA

Acórdão - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Marcelino Chaves Everton. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Regina Lúcia da Costa Leite.

São Luís, 27 de março de 2014.

DESEMBARGADOR Vicente de Paula Gomes de Castro

PRESIDENTE

DESEMBARGADOR Marcelino Chaves Everton

RELATOR



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MARCELINO CHAVES EVERTON
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA

HABEAS CORPUS Nº 006028/2014 – BACABAL(MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador Marcelino Chaves Everton (relator substituto): Cuida-se de *habeas corpus*, , com pedido de liminar, impetrado pela **Defensoria Pública Estadual**, em favor de **Jeremias da Silva Almeida dos Santos**, contra ato do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da comarca de Bacabal/MA.

Relatam a impetração, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma, conduta típica encartada no **art. 157, § 2º, I, do Código Penal**, cuja custódia cautelar foi mantida pela autoridade apontada como coatora, em 30/01/2014.

Argumenta, a par dessa quadra fática, que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, baseadas em elementos concretos que demonstrem a necessidade da medida extrema (**fls. 19/19v.**).

Acrescenta, finalmente, que o magistrado de base deixou explicitar os motivos pelos quais não aplicou as medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319, do Código de Processo Penal.

Com a inicial vieram os documentos de **fls. 19/23**.

Às **fls. 27/28**, foram requisitadas informações da autoridade apontada coatora, então prestadas e juntadas às **fls. 30/31**, e nas quais consta um breve esboço dos fatos que resultaram na prisão do paciente e o estágio atual do processo crime a que responde.

O pleito liminar foi analisado e indeferido, consoante decisão de **fls. 34/36**.

Parecer da lavra da Procuradora Regina Maria da Costa Leite, às **fls. 39/42**, no qual opinou pela denegação do *mandamus*, por entender que “o *decisum* que decretou a prisão preventiva do ora Paciente (fls. 19/19-v), encontra-se devidamente



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MARCELINO CHAVES EVERTON
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA

fundamentado, cumprindo, dessa forma, a exigência contida no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal” (fls. 41).

É o breve relatório.

Voto – O Sr. Desembargador Marcelino Chaves Everton (relator substituto): Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do *writ* impetrado.

Objetiva a impetração a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com fulcro, em essência, no argumento de que o decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Destaca, ainda, a omissão do juízo de primeiro grau em explicitar os motivos pelos quais deixou de aplicar medidas cautelares diversas da prisão.

Examinando detidamente os presentes autos, adoto a linha de entendimento do parecer ministerial, por entender que não restou caracterizado o constrangimento ilegal sustentado pelo impetrante. Vejamos.

Para melhor exame da matéria, trago à colação o seguinte excerto da decisão fustigada, acostada às fls. 19/19v., *verbis*:

[...]

A fumaça do cometimento do crime (“fumus commissi delicti”), que se exterioriza na prova da existência do delito e indícios suficientes de autoria, resta comprovada pelo depoimento da vítima e pelo auto de apreensão e exibição.

Já o “periculum libertatis” está relacionado com a situação de liberdade do agente.

No caso vertente, ele encontra-se configurado, pois o autuado demonstra que se for colocado em liberdade, neste momento, poderá cometer novo crime, o que viria afetar a tranquilidade e a ordem pública desta comarca.

Por estarem presentes os requisitos da prisão preventiva, mostra-se inadequada a concessão da liberdade provisória ao autuado.

Na mesma esteira, as medidas cautelares diversas da prisão revelam-se inadequadas e insuficientes razão pela qual deixo de aplicá-las.

Portanto, havendo manifestação do Ministério Público pela conversão em prisão preventiva (fls. 17/18), prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, com



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MARCELINO CHAVES EVERTON
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA

fulcro no art. 310, II, do CPP DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE JEREMIAS
DA SILVA ALMEIDA DOS SANTOS, em substituição a prisão em flagrante.

[...]

(sem destaques no original)

Como se vê, a decisão impugnada explicita, sim, os motivos pelos quais a prisão do paciente se faz necessária, consubstanciados no risco que o paciente representa à ordem pública.

As informações prestadas pela autoridade impetrada trilha na mesma senda, ao expor, ainda que sucintamente, as circunstâncias em que o crime foi praticado, deixando entrever a periculosidade do paciente, a justificar a aplicação da medida extrema. Confira-se o fragmento a seguir transcrito:

[...]

O ora paciente foi preso em flagrante delito, na data de 29 de janeiro de 2014, quando utilizando uma arma de fogo (tipo garruncha), anunciou assalto à vítima, Gilson Neres Cardozo, ordenando que este lhe entregasse seu aparelho celular. Após a prisão do paciente, a vítima foi categórica ao reconhecer o paciente como autor da infração.

[...]

No caso em apreço, portanto, está-se diante de situação em que a medida segregatória objetiva acautelar a ordem social. O crime de roubo circunstanciado pelo uso de arma, imputado ao paciente, está a indicar a sua periculosidade e recomenda a manutenção da custódia cautelar.

Com efeito, evidenciada a gravidade concreta do crime, justifica-se a segregação cautelar do paciente, em tributo à ordem pública, presentes, ademais, a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. Enfim,

Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria. Precedentes (HC 105.043/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 05.5.2011; HC 102.449/SP, rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJe 21.10.2010;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MARCELINO CHAVES EVERTON
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA

HC 97.688 - 1.^a Turma do STF - Rel. Min. Carlos Ayres - por maioria - j. 27/10/2009 -
DJe de 27/11/2009).¹

Assim, as circunstâncias em que o delito foi praticado pelo paciente, reconhecido, sem titubeio, pelo ofendido, autorizam a concluir pela periculosidade do agente, a justificar o seu encarceramento, em face do risco que representa à ordem pública, conforme dogmática do art. 312, do Código de Processo Penal, não havendo, pois, ilegalidade a ser sanada.

Ante as considerações supra, a meu juízo, não merece prosperar a pretensão do impetrante, razão pela qual, em consonância com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, sou pela denegação da ordem.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de março de 2014.

DESEMBARGADOR Marcelino Chaves Everton
RELATOR SUBSTITUTO

¹ HC 106326, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 17/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-111 DIVULG 06-06-2012 PUBLIC 08-06-2012.